



Governo do Distrito Federal
Polícia Civil do Distrito Federal
Divisão de Operações Aéreas do Departamento de Atividades Especiais
Seção de Suprimento e Manutenção de Aeronaves da Divisão de Operações Aéreas

Termo de Referência n.º 3/2026 - PCDF/DGPC/DEPATE/DOA/SESMA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Definição do objeto

1.1.1. Contratação de uma organização de manutenção (OM) homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, nos termos do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil – RBAC 145, para realizar as manutenções aeronáuticas de 1º e 2º níveis (preventivas e corretivas) em helicópteros da linha Esquilo (AS 350 / H125), produzidos pela Airbus Helicopters, previstas no manual de manutenção do fabricante, inclusive o Controle Técnico de Manutenção – CTM realizado por sistema ou aplicativo informatizado, CERTIFICADO DE VERIFICAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE – CVA, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS que demandam Certificados de Homologação distintos dos exigidos na qualificação técnica verificada neste processo de contratação; Aplicação de DIRETRIZ DE AERONAVEGABILIDADE – DA; Aplicação de BOLETIM DE SERVIÇO – BS, sem fornecimento de peças, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Manutenção de Aeronave - Helicóptero	3590	homem-hora	23.417	R\$ 410,00	R\$ 9.600.970,00

1.1.2. No valor da Homem/Hora devem estar inclusos os materiais de consumo, que são os itens básicos gastos durante a realização dos serviços de limpeza, lubrificação e conservação das aeronaves, tais como: desengraxantes, desengripantes, graxa, limpa contatos, hexano, álcool, ardrex, massa para polimento, cera para polimento, sabão, estopa, fita adesiva e pano.

1.1.3. Apresentam-se as aeronaves em lote único frente a similaridade destas (compatíveis e intercambiáveis em itens de célula, motor, e instrumentação).

1.2 Da natureza do objeto

1.2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2.2. As manutenções de uma aeronave são o conjunto de operações destinadas a garantir a sua aeronavegabilidade (autorização legal de poder aeronavegar, emitida pela ANAC), bem como aumentar a disponibilidade e o desempenho da aeronave.

1.2.3. Entende-se por serviços de 1º e 2º níveis de manutenção aqueles previstos no manual do fabricante, diferenciando entre si pelo grau de complexidade para sua execução, sendo classificados da seguinte forma:

1.2.3.1 Manutenção programada: consiste de todas as tarefas de manutenção a serem realizadas de acordo com as limitações de tempo previamente estabelecidas pelo fabricante da aeronave.

1.2.3.2 Manutenção não programada: inclui instruções e procedimentos para ações de manutenção que ocorrem de forma não programada ou de forma imprevisível, tendo como origem o reporte de piloto, ou resultante de eventos imprevisíveis como pouso duro ou com sobrepeso, batida de cauda, raios, sobretemperatura do motor, etc.

1.3. Do prazo de vigência

1.3.1. O prazo de vigência do contrato é de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite máximo de 10 (dez) anos, com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/21 e nas justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar.

1.3.2. Trata-se de serviço continuado, conforme a seguinte justificativa:

1.3.2.1. A Divisão de Operações Aéreas – DOA da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF opera aeronaves de asas fixas e rotativas, dentre as quais três helicópteros do modelo AS 350 B2, equipados com recursos que visam a prestação de serviços de apoio às unidades da PCDF e outros órgãos públicos.

1.3.2.2. Essa atividade se desenvolve de forma contínua, observadas as missões constitucionais da Polícia Civil do Distrito Federal, com atribuições bem definidas e descritas em seu PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL PROGRAMA AVANÇAR 3º CICLO (2024-2027).

1.3.2.3. Acompanhando a natureza das atividades desenvolvidas pela PCDF, os serviços de manutenção aeronáutica também são caracterizados como de natureza continuada, em função da obrigatoriedade do cumprimento de um rigoroso programa de manutenção imposto pelo fabricante.

1.3.2.4. O art. 107 da Lei n.º 14.133/2021 prevê que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

1.3.2.5. O Art. 15 da Instrução Normativa n.º 5, do Ministério do Planejamento, desenvolvimento e Gestão traz a seguinte definição:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam **atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro**, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das **atividades finalísticas** do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o **cumprimento da missão institucional**.

1.3.2.6. A Seção de Suprimentos e Manutenção de Aeronaves – SESMA/DOA é responsável pelo acompanhamento e registro das horas de voo e períodos entre inspeções. Uma vez atingido qualquer um destes limites é preciso realizar a inspeção por meio de uma empresa homologada para tal ou desativar e **indisponibilizar** a aeronave para as missões fim da PCDF. Desta forma, torna-se evidente que a prestação do serviço de manutenção aeronáutica deve ser contratada de forma continuada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A PCDF, a qual possui a missão de proporcionar segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais, no desempenho da função de polícia judiciária e na promoção da cidadania, possui 03 (três) helicópteros, modelo AS350 B2 (Esquilo).

Modelo da aeronave	Ano de fabricação	Prefixo
AS350 B2	1995	PT-HZG
AS350 B2	2000	PP-FZA
AS350 B2	2015	PP-FZB

2.2. De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), Lei nº 7565/1986, Art. 70:

§ 2º Todo explorador ou operador de aeronave deve executar ou fazer executar a manutenção de aeronaves, motores, hélices e demais componentes, a fim de preservar as condições de segurança do projeto aprovado.

§ 3º A autoridade aeronáutica cancelará o certificado de aeronavegabilidade se constatar a falta de manutenção.

2.3. Ainda de acordo com o CBA, Art. 70, caput, a autoridade aeronáutica emitirá certificados de homologação de empresa destinada à execução de serviços de revisão, reparo e manutenção de aeronave, motores, hélices e outros produtos aeronáuticos.

§ 1º Qualquer oficina de manutenção de produto aeronáutico deve possuir o certificado de que trata este artigo, obedecido o procedimento regulamentar.

2.4. A Divisão de Operações Aéreas é responsável pela operação e pela manutenção das aeronaves e seus equipamentos, fazendo-se necessário executar a manutenção por intermédio de empresas homologadas pela autoridade aeronáutica (ANAC). Essa é uma condição imprescindível para garantir a continuidade dos serviços prestados pela Divisão.

2.5. As aeronaves da PCDF são ferramentas utilizadas principalmente para auxiliar no cumprimento de objetivos elencados no Plano Estratégico Institucional, sendo que o principal interesse público a ser atendido é o de proporcionar segurança pública.

2.6. Ao se resolver o problema da manutenção dos helicópteros da PCDF, obtém-se como resultado a disponibilidade dessas aeronaves para cumprirem o seu propósito no âmbito da promoção da segurança pública por parte da PCDF, além de estarem disponíveis para auxiliarem instituições parceiras da PCDF, favorecendo a integração, essencial no serviço público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Do princípio da padronização

3.1.1. Conforme consulta realizada ao Catálogo Eletrônico de Padronização do Governo Federal, disponível em <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>, constatou-se que estão disponíveis para consulta apenas os itens "água mineral natural sem gás", "café" e "açúcar". Diante disso, verifica-se que o referido catálogo não contempla o item objeto desta contratação, não sendo aplicável para fins de padronização nesta aquisição.

3.1.2. Os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que ocasionou a contratação são:

- Realização, por uma organização de manutenção homologada pela ANAC, nos termos do RBAC 145, das manutenções aeronáuticas de 1º e 2º níveis (preventivas e corretivas) previstas no manual de manutenção do fabricante do helicóptero da linha Esquilo (AS 350 / H125), sem fornecimento de peças;
- Realização das manutenções corretivas sempre que for necessário corrigir, restaurar, recuperar qualquer conjunto das partes dos helicópteros para executar a função requerida;
- Controle Técnico de Manutenção – CTM realizado por sistema ou aplicativo informatizado, com o objetivo de fornecer informações individuais de inspeções, componentes, acessórios e sistemas instalados ou aplicados nos helicópteros, que possuam controles baseados em horas, ciclos ou tempo de uso. O CTM visa o planejamento das manutenções das aeronaves, de modo a mantê-las em condições permanentes de aeronavegabilidade, conforme requisitos prescritos pelo fabricante e exigências das Autoridades Aeronáuticas;
- CERTIFICADO DE VERIFICAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE - CVA: Inspeção periódica e obrigatória realizada a cada 12 (doze) meses, que visa verificar se as manutenções previstas pelo fabricante da aeronave e dos seus componentes foram cumpridas, se todas Diretrizes de Aeronavegabilidade emitidas ou adotadas pela autoridade aeronáutica local foram cumpridas e registradas, se a documentação legal está em dia e se as taxas estão pagas, conforme exigências contidas no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC, emitidos pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;
- Realização de SERVIÇOS ESPECIALIZADOS que demandam Certificados de Homologação distintos dos exigidos na qualificação técnica verificada neste processo de contratação;
- Aplicação de DIRETRIZ DE AERONAVEGABILIDADE – DA: documento mandatório emitido pela autoridade aeronáutica civil do país detentor do projeto da aeronave ou pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, que contém ações de segurança operacional visando eliminar uma condição insegura existente em um produto aeronáutico;
- Aplicação de BOLETIM DE SERVIÇO - BS: Documento emitido pelo fabricante do produto aeronáutico com o objetivo de corrigir falha ou mau funcionamento, ou introduzir modificações e/ou aperfeiçoamentos ou, ainda, visando à implantação de ação de manutenção aditiva àquelas previstas no programa de manutenção básico do fabricante;
- Empregar mão de obra altamente qualificada para substituir componentes, seja em trocas programadas ou para corrigir eventuais falhas.

3.1.3. Além dos elementos elencados no item 3.1.2, para garantir a continuidade e qualidade dos serviços de manutenção das aeronaves, é necessário que a contratada promova a transferência de conhecimento sobre tecnologias e técnicas empregadas aos servidores da SESMA/DOA, os quais estão diretamente ligados à atividade de manutenção das aeronaves.

3.1.3.1. Com o objetivo de preservar o conhecimento institucional sobre os equipamentos da PCDF, a contratada deverá promover a transferência de conhecimentos especializados sobre as particularidades da frota das aeronaves da PCDF aos servidores da SESMA/DOA/PCDF.

3.1.3.2. A transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas permite que a CONTRATANTE tenha uma compreensão abrangente dos requisitos e padrões de manutenção, reduzindo assim o risco de erros e incidentes durante a execução do CONTRATO.

3.1.3.3. A troca de conhecimento entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE pode estimular a inovação e a melhoria contínua dos serviços de manutenção de aeronaves, beneficiando assim a organização contratante. Além disso, uma transição contratual suave e eficiente entre os prestadores de serviços de manutenção de aeronaves é facilitada com a supervisão de servidores que detenham o conhecimento técnico sobre sua frota de aeronaves.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da sustentabilidade

4.1.1. No que couber, visando atender ao disposto na legislação aplicável, os fabricantes e fornecedores deverão priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

4.1.2. Em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, “Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata”.

4.2. Da exigência de amostra

4.2.1. Como não se trata de licitação de fornecimento de bens, não será exigido amostra.

4.3. Da subcontratação

4.3.1. De acordo com a ANAC, cada organização de manutenção (OM) certificada pode subcontratar uma função de manutenção de um provedor de serviços externo a ela (seção 145.217 do RBAC nº 145).

4.3.2. A CONTRATADA deverá utilizar ferramental próprio, técnicos habilitados, com capacidade para efetuar inspeções, revisões e reparos, bem como a correção das discrepâncias, conforme publicações técnicas do fabricante, suas revisões e modificações aplicáveis, que se apresentarem no período de vigência do contrato.

4.3.3. Nos termos do art. 122 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA, na execução do Objeto do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar para a execução de determinado serviço, em caráter excepcional, apenas para assegurar a execução do serviço dentro do prazo previsto e desde que tal prática se mostre viável sob a ótica técnico-econômica à execução integral do objeto por parte da Contratada, hipótese em que deverá haver autorização formal da Contratante, por meio do executor do contrato, repassando todas as informações acerca do serviço, bem como da(s) empresa(s) homologada(s) que poderá(ão) executar a intervenção, visando garantir a competente certificação da ANAC;

4.3.4. Com o objetivo de garantir o reparo das aeronaves que possam estar inoperantes para o voo ou impossibilitadas de serem trasladadas para a sede ou outro local especificado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA está autorizada a subcontratar serviços de transporte especializado, desde que cumpridos os procedimentos estabelecidos nesta cláusula.

4.3.5. Os serviços subcontratados serão pagos mediante apresentação de cópia da nota fiscal emitida pelo terceiro à CONTRATADA. Ao valor da nota fiscal emitida pela CONTRATADA poderão ser acrescidas somente despesas com transporte, seguros e impostos. Tais despesas serão ressarcidas pela CONTRATANTE mediante a apresentação de nota fiscal/fatura detalhada dos gastos envolvidos e com os valores convertidos em homens/hora trabalhadas. A CONTRATADA deverá apresentar previamente no mínimo três orçamentos à PCDF, exceto quando se tratar de empresa exclusiva na prestação daquele serviço subcontratado ou na impossibilidade devidamente justificada, para a devida aprovação.

4.3.6. De acordo com o Art. 122, § 3º, da Lei nº 14.133/21,

será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

4.3.7. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE.

4.3.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4. Da garantia da contratação

4.4.1. A contratação contará com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser nas modalidades caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária, ou título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anoal do contrato.

4.4.2. O Art. 101 da Lei nº 14.133/2021 preconiza que nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia. Assim, na data da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar Seguro de Responsabilidade Civil - Hangar, garantindo a cobertura total contra danos causados pela CONTRATADA e seus prepostos a terceiros e/ou às aeronaves, incluindo voos de teste, no período em que a aeronave estiver sob a responsabilidade da CONTRATADA.

4.4.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.4. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 4.4.12.

4.4.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.4.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos por danos causados a bens públicos que forem entregues ao contratado;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

4.4.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 3.4.11, observada a legislação que rege a matéria.

4.4.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco Regional de Brasília (BRB), para a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, CNPJ 00.394.684/0001-53, Agência 100; Conta 800482-8.

4.4.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.4.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.4.15. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

4.4.16. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.4.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.4.18. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.4.20. O contratado autorizará o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

4.4.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia de produto ou de serviços prevista no Termo de Referência.

4.5. Da participação de ME/EPP e reserva de cotas

4.5.1. Uma OM certificada pela ANAC pode ser uma ME/EPP, desde que cumpra rigorosamente os requisitos técnicos, de gestão e de segurança do RBAC 145. Assim, ME/EPP poderão participar da licitação conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Distrital n.º 4.611 de 2011 e Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014.

4.5.2. Não haverá cota reservada para as entidades preferenciais haja vista prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto.

4.6. Da participação de cooperativas e consórcios

4.6.1. A certificação de uma OM pela ANAC, de acordo com o RBAC 145, é individual e intransferível, sendo que a responsabilidade final pela manutenção e liberação para retorno ao serviço de um artigo aeronáutico é da OM contratada.

4.6.2. O art. 15 da lei n. 14.133/2021 conferiu discricionariedade ao ente federativo quanto à admissão ou veto à formação de consórcios no certame licitatório.

4.6.3. O objeto a ser licitado não envolve questão de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

4.6.4. A vedação à participação de empresas em consórcio não diminuirá a competitividade, visto que há várias empresas individuais no mercado que preenchem as condições exigidas para o objeto desta contratação.

4.6.5. Diante do exposto, considerando haver várias empresas com capacidade de realizar o serviço a ser licitado, opta-se por não permitir a participação de consórcios.

4.7. Do parcelamento

4.7.1. A contratação fracionada das soluções poderia resultar por vezes na indisponibilidade parcial da aeronave de forma que impeça sua operação. No entanto, os demais contratos continuariam vigentes e por sua vez sendo honrados, representando gastos mesmo que a aeronave permanecesse em solo. Tal problema ocorreria porque, apesar de serem prestados por empresas diversas e aparentemente não possuírem vínculos diretos e finalidade distintas, todos os contratos poderiam interferir diretamente na operabilidade da aeronave, tendo um único objetivo final: a aeronavegabilidade e disponibilidade da aeronave para voo.

4.7.2. Por outro lado, o fracionamento dos serviços de manutenção, com a realização de licitações distintas para cada especialidade, poderia acarretar na celebração de inúmeros contratos diferentes, cada um tendo por objeto um aspecto específico da manutenção de uma mesma aeronave, tornando significativamente difícil a administração da manutenção da aeronave como um todo.

4.7.3. Nesse contexto, seria muito provável que ocorressem conflitos de interesse entre as diversas empresas contratadas, principalmente quando houvesse necessidade de se responsabilizar qualquer delas por vícios ou fatos dos produtos fornecidos e dos serviços prestados, em razão de estarem todos eles relacionados ao mesmo objeto, ou seja, a manutenção da aeronave.

4.7.4. Da mesma forma, com a celebração de vários contratos de manutenção distintos, aumentar-se-ia a dificuldade de fiscalização da execução contratual devido à multiplicidade de localidades de prestação dos serviços, tornando ainda mais oneroso e complicado o incremento do número de servidores para exercerem as atribuições de fiscais dos referidos contratos, particularmente porque a DOA atualmente possui um quadro reduzido de servidores.

4.7.5. Embora o princípio da divisibilidade seja fundamental para a participação em licitações, a natureza crítica e a complexidade do objeto em questão, impõem considerações adicionais que justificam a manutenção do objeto em um único grupo, não sendo possível ser licitado em itens isolados. O TCU se manifestou sobre o tema através da Súmula 247 - TCU/2007 (grifo nosso):

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade".

4.7.6. A natureza crítica e a complexidade do objeto da contratação - manutenção de helicópteros de uso em operações policiais - impõem considerações adicionais que justificam a manutenção do agrupamento e, no presente caso, o parcelamento acarreta prejuízo ao conjunto a ser contratado.

4.7.7. Além disso, os três helicópteros da PCDF têm as mesmas características técnicas, construtivas e de componentes, visto que são do mesmo modelo AS350 B2. Diversas peças, conjuntos e sistemas são intercambiáveis entre os helicópteros, o que favorece procedimentos mais ágeis e eficazes de troubleshooting (pesquisa e resolução de problemas), permitindo o intercâmbio de peças e componentes, tornando a pesquisa de pane mais eficaz. Essa compatibilidade possibilita a rápida substituição ou teste cruzado de componentes entre as aeronaves, reduzindo significativamente o tempo de diagnóstico e reparo. A eventual contratação de empresas distintas para cada modelo comprometeria esse processo, uma vez que não haveria compartilhamento de recursos logísticos e técnicos entre as oficinas, dificultando a execução integrada das análises e testes.

4.7.8. Manter essa integração sob a responsabilidade de uma única entidade, além de evitar descontinuidades técnicas e operacionais, promove a responsabilidade unificada em uma só contratada, priorizando a segurança de voo. A fragmentação de responsabilidades com múltiplas contratadas, em caso de falhas ou incidentes, pode vir a comprometer a segurança das tripulações, uma vez que essa fragmentação dificultaria a identificação da causa raiz, a correção de problemas, a retomada das operações e consequentemente, a capacidade de apoio aéreo da PCDF.

4.8. Das exigências internas da organização

4.8.1. A CONTRATADA deverá indicar pessoal para realização dos serviços objeto da licitação com a qualificação técnica necessária, sendo no mínimo:

- a) Um responsável técnico, devidamente registrado em seu respectivo conselho de fiscalização profissional, que: Possua, em seu registro, atribuição compatível com a atividade de direção técnica de manutenção de aeronaves, seus componentes ou partes; e esteja cadastrado junto à ANAC, conforme previsto no Apêndice "A-I" do RBAC 145;
- b) Um ou mais pessoal autorizado para aprovar um artigo para retorno ao serviço com curso de manutenção aeronáutica, habilitado em célula e motor, e comprovação de experiência mínima de 18 (dezoito) meses no modelo AS350 (compatível com a aeronave da PCDF); Conforme RBAC 145.157;
- e) Um técnico em manutenção aeronáutica detentor de CHT de célula, habilitado pela ANAC, com qualificação e experiência no helicóptero modelo AS350 B2;
- f) Um técnico em manutenção aeronáutica detentor de CHT de aviônicos, habilitado pela ANAC, com qualificação e experiência no helicóptero modelo AS350 B2;
- g) Um técnico em manutenção aeronáutica detentor de CHT de Grupo motopropulsor, habilitado pela ANAC, com qualificação e experiência no helicóptero modelo AS350 B2.

4.8.1.1. Para o corpo técnico acima deverá ser apresentada comprovação de vínculo empregatício, que se dará por meio de registro em CTPS ou CNPJ no caso de prestador de serviço autônomo.

4.8.1.2. É de responsabilidade da CONTRATADA, às suas expensas, manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas no presente Termo de Referência.

4.8.1.3. A CONTRATADA deverá informar previamente qualquer alteração no quadro técnico de funcionários. A troca ou substituição de qualquer técnico acarretará obrigatoriamente a necessidade de comunicação prévia ao Fiscal do Contrato e apresentação de documentação comprobatória da capacitação técnica e de treinamento do novo técnico que executará os serviços previstos neste Termo de Referência, cumprindo o disposto nesta cláusula.

4.8.2. EQUIPAMENTOS DE TESTES E FERRAMENTAL

4.8.2.1. Todos os equipamentos de testes e ferramental necessários para a realização dos serviços serão providenciados pela CONTRATADA, às suas expensas, e deverão estar em conformidade com as exigências e recomendações da ANAC e dos fabricantes, respectivamente.

4.8.5. As empresas concorrentes deverão dispor de base operacional registrada pela autoridade aeronáutica com todas as capacitações exigidas no presente termo de referência inclusive pessoal e ferramental dedicado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Conforme preveem os artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/21, o contrato administrativo tem vigência do respectivo crédito orçamentário, os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

5.2. A CONTRATANTE se reserva ao direito de somente efetuar os serviços necessários à demanda de manutenção das aeronaves, assim como poderá realizar qualquer tipo de procedimento necessário ao perfeito funcionamento dos helicópteros, ainda que não listado neste Termo de Referência.

5.3. A CONTRATANTE agendará o serviço de manutenção preventiva com pelo menos **10 (dez) dias de antecedência** ou informará **imediatamente** a necessidade de manutenção corretiva.

- 5.4. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, 60 (sessenta) dias antes do vencimento calendário, a relação de todas as peças, materiais e equipamentos, incluindo os Itens de Troca Sistemática, que serão necessários para a execução de qualquer SERVIÇO PROGRAMADO DE MANUTENÇÃO. Para inspeções por hora de voo, a partir de 150 horas, a relação deverá ser informada quando tiver faltando 50 horas para atingir o limite.
- 5.5. A CONTRATANTE colocará o(s) helicóptero(s) à disposição da CONTRATADA, especificando o serviço a ser realizado, momento em que a CONTRATADA assumirá toda responsabilidade por danos à aeronave e/ou a terceiros.
- 5.6. Na entrega do helicóptero para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá providenciar uma relação detalhada de todos os equipamentos e acessórios que acompanham o helicóptero, devendo ser assinada por ambas as partes.
- 5.7. A CONTRATADA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da aeronave para solução de panes, prorrogáveis a critério único e exclusivo pela CONTRATANTE, apresentará Proposta Comercial e/ou Orçamento atualizado, com o detalhamento dos serviços a serem executados, incluindo o número ESTIMADO de Homem-Hora, o prazo para a execução do serviço e a relação, em formulário específico, de todos os componentes cuja substituição seja necessária, cujo fornecimento será Objeto de outro contrato. O custo final será baseado no total de horas efetivamente gastas na realização do serviço.
- 5.8. A CONTRATANTE, após a análise do orçamento, enviará a autorização para o início dos serviços através de Requisição, da qual constará a descrição do serviço autorizado, sendo a primeira via assinada por preposto da CONTRATADA.
- 5.9. A equipe responsável pela realização do serviço deverá ser composta por pelo menos um membro da seção de manutenção da CONTRATANTE, permanecendo, contudo, a responsabilidade da CONTRATADA conforme obrigações legais e contratuais. A dispensa da participação de que trata esse item poderá ocorrer por critério exclusivamente da CONTRATANTE.
- 5.10. Realizados os serviços, a CONTRATADA apresentará o helicóptero para ser recebido por tripulação da CONTRATANTE, a qual receberá o helicóptero provisoriamente após as verificações funcionais cabíveis, momento em que será conferida a relação de equipamentos e acessórios que a acompanhavam.
- 5.11. No prazo de **05 (cinco) dias úteis** do recebimento provisório será lavrado Termo de Recebimento Definitivo do helicóptero e entregue à CONTRATADA.
- 5.12. A CONTRATADA de posse do Termo de Recebimento Definitivo emitirá fatura/nota fiscal referente ao serviço prestado, a qual deverá conter a descrição detalhada dos serviços executados, com o número de homem/hora gasto de acordo com o orçamento apresentado e com a respectiva requisição de serviços.
- 5.13. Após o término de prestação do serviço, a aeronave será recebida e conferida pelo Executor do Contrato, cabendo-lhe a verificação da adequação dos serviços aos termos contratuais, bem como a averiguação da conformidade do material com a especificação, de acordo com o art. 140 da Lei nº 14.133/21.
- 5.14. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 5.15. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, pela CONTRATANTE, a CONTRATADA obriga-se à correção do que estiver em desacordo com o ajustado.
- 5.16. A CONTRATADA se comprometerá em fornecer para as aeronaves Objeto da presente licitação, todos os consumíveis utilizados na execução dos serviços e aplicação de peças e componentes. Consideram-se consumíveis os materiais consumidos ou gastos durante remoções e/ou instalações de peças, componentes e acessórios.
- 5.17. Obriga-se a CONTRATADA a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do referido contrato.
- 5.18. Os serviços serão executados, preferencialmente, no período compreendido entre as 08:00 e 18:00 horas, das segundas às sextas-feiras.
- 5.19. Em casos de emergência ou em casos de discrepâncias detectadas nas aeronaves, quando as mesmas se encontrarem fora do local onde se situa o hangar da CONTRATANTE, esta poderá exigir da CONTRATADA a prestação dos serviços em horário e local diversos, devendo a CONTRATADA estipular o valor do índice Homem-Hora trabalhada para os serviços executados nestas circunstâncias, limitado a 50% de acréscimo do valor CONTRATADO, fazendo constar em Proposta Comercial e/ou Orçamento.
- 5.20. Nas situações em que a aeronave não esteja na sede da CONTRATADA para realizar os serviços previstos, a CONTRATADA deverá faturar, como Homem-Hora trabalhada, as horas de traslado dos técnicos, da base da CONTRATADA até o local para a execução dos serviços.
- 5.21. Nos casos em que não seja possível o traslado da aeronave em pane, a CONTRATADA deverá providenciar o transporte da aeronave até a sua oficina por meio terrestre, responsabilizando-se pelos encargos de transporte, seguros, impostos, taxas e quaisquer outras despesas, mantendo toda a operação com a devida cobertura de seguros contra danos, acidentes, extravio e outros correlatos. Tais despesas serão ressarcidas pela CONTRATANTE mediante a apresentação de nota fiscal/fatura detalhada dos gastos envolvidos e com os valores convertidos em homens/hora trabalhadas.
- 5.22. Visando obter o máximo de economicidade possível na operação dos helicópteros, e obedecendo a legislação aeronáutica, especialmente o RBAC nº 145, subparte C, itens 145.103 (c) e 145.203 (b), os serviços de manutenção abaixo listados deverão ser prestados, preferencialmente, nas instalações da DOA/PCDF ou, em casos justificados, de acordo com a necessidade técnica do uso de ferramenta especializado e de local mais adequado e, mediante aquiescência da CONTRATANTE, poderão ser realizados na sede ou filial da CONTRATADA:

SERVIÇOS em CÉLULA	SERVIÇOS em MOTOR
10 horas	15 FH (Engine)
10 horas // 1 mês	15 FH // 7D (Engine)
7 dias	7 D (Engine)
1 mês	30 FH (Engine)
20 horas	100 FH (Engine)
30 horas	150 FH (Engine)
30 horas // 150 ciclos	200 FH (Engine)
50 horas	300 FH (Engine)
100 horas	300 FH // 12m (Engine)
3 meses	400 FH (Engine)
150 horas	600 FH (Engine)
150 horas // 3 meses	750 FH (Engine)
150 horas // 6 meses	750 FH // 24m (Engine)

6 meses	1000 FH (Engine)
150 horas // 12 meses	1500 FH (Engine)
12 meses	
500 horas	
24 meses	
48 meses	
1200 horas	
1800 horas	
2400 horas // 72 meses	
2500 horas // 72 meses	
2600 horas	
3000 horas // 48 meses	
5000 horas // 72 meses	

5.23. A CONTRATANTE efetuará o deslocamento de aeronave até uma base da CONTRATADA sempre que houver discrepâncias que não comprometam a aeronavegabilidade, cuja complexidade requeiram ferramentas especiais e/ou serviços técnicos de alta especialização. Em caráter de exceção, a CONTRATADA está autorizada a atender aeronaves em uma base de serviços diferente daquela declarada no Contrato, se responsabilizando por todas as adequações impostas pelas Autoridades Aeronáuticas.

5.24. Caso as discrepâncias encontradas na aeronave a torne não aeronavegável e não possam ser solucionadas no hangar da DOA/PCDF, a CONTRATADA deverá assessorar a DOA/PCDF para obter junto à ANAC as autorizações de traslado necessárias, bem como trazer a aeronave à condição mínima de segurança que permita o traslado de forma segura.

5.25. Havendo Técnicos em Manutenção Aeronáutica da PCDF lotados na DOA, estes poderão aprovar o retorno ao serviço de aeronaves submetidas à inspeções de até 100 horas previstas no plano de manutenção do fabricante e ações corretivas como mesmo nível de complexidade desde que estes estejam habilitados e credenciados junto à ANAC, conforme o disposto na Seção 43.7 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 43. Tais serviços serão realizadas no hangar da CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA realizar os devidos registros em Sistema de Controle Técnico Informatizado. As demais inspeções serão realizadas pela CONTRATADA conforme definido no presente Termo de Referência.

5.26. Quando as aeronaves da PCDF estiverem na base da DOA/PCDF, a CONTRATADA deverá manter, em regime de expediente, equipe de manutenção para realização das manutenções previstas no item 5.22, realização de limpeza e serviços básicos de conservação das aeronaves, auxílio durante partida, pré, inter e pós-voo, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, havendo pagamento exclusivamente por cada atividade específica desenvolvida de acordo com o presente Termo de Referência.

5.27. A contratada deverá assegurar que o acionamento dos motores durante os serviços de manutenção no solo ou nas situações que exijam a decolagem da aeronave, ainda que apenas para verificação ou voo de experiência, seja realizado preferencialmente por piloto da CONTRATANTE. Na impossibilidade da presença da tripulação da CONTRATANTE, o piloto da CONTRATADA poderá executar tais atividades, desde que autorizado e devidamente habilitado no modelo Esquilo, cuja remuneração será por conta da CONTRATADA.

5.28. Em conformidade ao item 3.1.3, a CONTRATADA prestará assessoria técnica em assuntos afetos à segurança de voo, à manutenção aeronáutica e a aquisição de conhecimentos técnicos da aeronave para melhor desempenho das funções de gestão operacional, fiscalização e execução contratual. Esses serviços de assessoria devem ser previamente acordados entre as partes, em dias e horários combinados, não podendo acarretar paralisação ou prejuízo aos demais serviços abarcados na contratação.

5.29. A CONTRATANTE poderá indicar representantes para acompanhar os serviços realizados pela CONTRATADA.

5.30. Os serviços de manutenção não listados na tabela do item 5.22, por serem considerados de maior complexidade, poderão ser executados nas instalações da DOA/PCDF desde que na ocasião houver disponibilidade de estrutura e ferramental adequados, obedecendo a legislação aeronáutica, especialmente o RBAC nº 145, subparte C, itens 145.103 (c) e 145.203 (b).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Fiscalização

6.1.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.1.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.1.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.1.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, de acordo com o art. 104 da Lei 14.133/2021.

6.1.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6.2. Fiscalização Técnica

6.2.1. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no acordo de níveis de serviço, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.2.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

6.2.3. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.2.4. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.2.5. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e a qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.2.6. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.2.7. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.2.8. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.2.9. A conformidade das peças aeronáuticas a serem utilizadas na execução dos serviços deverá ser verificada pela CONTRATADA, em aspectos inerentes à marca, qualidade e forma de uso, materiais esses a serem fornecidos pela CONTRATANTE.

6.2.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120, da Lei nº 14.133/21.

6.3. Fiscalização Administrativa

6.3.1. Todos os serviços prestados pela CONTRATADA deverão ser relacionados e atestados pela CONTRATANTE.

6.3.2. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, pela CONTRATANTE, a CONTRATADA obriga-se a corrigir o que estiver em desacordo.

6.3.3. O fiscal administrativo fará a análise dos documentos exigidos no contrato e apresentados pelo contratado.

6.3.4. Será realizado acompanhamento periódico da situação do contratado quanto às obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, através da análise de certidões e documentos comprobatórios.

6.3.5. Para fins de pagamento, serão analisadas notas fiscais, relatórios de atividades e outros documentos exigidos no contrato.

6.4. Papéis a serem desempenhados pelo Gestor do Contrato:

6.4.1. Coordenar as atividades das fiscalizações técnica e administrativa.

6.4.2. Preparar os atos necessários à instrução processual para formalização de procedimentos como prorrogações, alterações, reequilíbrio econômico-financeiro e pagamentos.

6.4.3. Atuar como canal de comunicação entre a fiscalização, o contratado e a autoridade competente, encaminhando questões que extrapolem a competência dos fiscais.

6.4.4. Identificar e gerenciar riscos contratuais, propondo medidas preventivas e corretivas para situações que possam comprometer a execução.

6.4.5. Analisar e encaminhar as propostas de aplicação de sanções elaboradas pelos fiscais, garantindo a adequada instrução processual e o respeito ao contraditório e à ampla defesa.

6.5. Das Obrigações da Contratante

6.5.1. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços de manutenção nos helicópteros da PCDF.

6.5.2. Entregar o helicóptero no qual serão realizados os serviços na oficina da empresa CONTRATADA.

6.5.3. Receber provisoriamente, após liberação da Contratada, o helicóptero no qual tenha sido realizado o serviço de manutenção, disponibilizando local, data e horário.

6.5.4. Providenciar tripulação para realizar os voos de manutenção na sua base ou quando a aeronave se encontrar em operação fora da base.

6.5.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

6.5.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

6.5.7. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos bens ou serviços.

6.5.8. Rejeitar o serviço que não satisfizer aos padrões exigidos na especificação.

6.5.9. Efetuar a retenção e recolhimento dos tributos a que estejam submetidos os serviços prestados de acordo com a legislação vigente.

6.5.10. Emitir Nota de Empenho na modalidade correspondente.

6.5.11. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira.

6.6. Das obrigações da Contratada

6.6.1. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento, sob pena de rescisão do contrato e aplicação de penalidades já previstas em lei.

6.6.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes do fornecimento do serviço.

6.6.3. Realizar inspeções periódicas conforme manual do fabricante, bem como os demais serviços de manutenção necessários, e ainda, fornecer e escriturar os "log-books" de célula e motor que se referem aos serviços executados.

6.6.4. Iniciar o procedimento de manutenção na data previamente agendada.

6.6.5. Atender em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas quando a prestação de serviço for de caráter corretivo do tipo AOG ("aircraft on ground"), ou seja, quando a aeronave estiver impedida de voar por necessidade de manutenção corretiva, após a confirmação do recebimento da solicitação, que poderá ocorrer, inclusive, nos finais de semana e feriados.

6.6.6. Atender em um prazo máximo de 96 (noventa e seis) horas quando a solicitação for de prestação de serviço de caráter corretivo do tipo não AOG, após a confirmação do recebimento da solicitação, que poderá ocorrer, inclusive, nos finais de semana e feriados.

6.6.7. Arcar com todas as despesas e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

6.6.8. Comprometer em não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere este instrumento, salvo nos casos autorizados pela Contratante.

6.6.9. Assistir a CONTRATANTE no processamento das reivindicações junto ao fabricante, quanto à garantia dos componentes trocados, reparados ou locados que a CONTRATADA vier a instalar no helicóptero.

6.6.10. Manter durante a execução do Contrato todas as condições exigidas inicialmente, informando imediatamente a CONTRATANTE qualquer alteração que modifique ou possa modificar as condições originalmente contratadas.

6.6.11. Prestar todos os serviços dentro dos limites e no nível de qualidade referente à homologação concedida pela ANAC e do Fabricante.

6.6.12. Se atentar ao disposto em todos os normativos citados neste Termo, em especial ao Decreto Distrital nº 39.860/2019.

6.6.13. Declarar, por intermédio de seu representante legal, que não incorre nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 14.133/21 e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

6.6.14. Indicar um preposto com poderes para receber ofícios, representar a contratada em reuniões e assinar respectivas atas, receber solicitações e orientações para o cumprimento do contrato, notificações de descumprimento, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais, e todas as demais que imponham ou não abertura de processo administrativo ou prazo para a contratada responder ou tomar providências.

6.6.15. Informar à CONTRATANTE, no ato da assinatura do contrato, os meios de comunicações disponíveis para comunicação com o preposto da empresa

6.6.16. Para os serviços executados, e exemplo das inspeções de 100 (cem) horas de Célula, de 150 (cento e cinquenta) horas de Célula, de 400 (quatrocentas) horas de Motor, 12 (doze) meses de Célula, a garantia será de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento da aeronave.

6.6.17. Refazer os serviços ou substituir os COMPONENTES considerados inadequados pela CONTRATANTE, desde que tecnicamente justificado sem novos custos.

6.6.18. Prestar todos os serviços dentro dos limites e no nível de qualidade referente à homologação concedida pela ANAC e do Fabricante.

6.6.19. Remeter ao órgão competente da ANAC toda documentação exigida para realização de serviços fora de sua base ou ainda para recuperação de componentes e/ou célula, a fim de dar cumprimento à manutenção preventiva ou corretiva.

6.6.20. Manter os entendimentos técnicos relacionados aos problemas/discrepâncias de manutenção com os representantes técnicos do fabricante do helicóptero, redigindo e remetendo aos mesmos relatórios de deficiência do material, em garantia ou que estejam fora da garantia.

6.6.21. Receber a Auditoria de Segurança Operacional, em sua oficina, a ser realizada pela CONTRATANTE, para verificar a validade de seu MGSO.

6.6.22. Substituir, quando solicitado por escrito e tecnicamente justificado pela CONTRATANTE, qualquer profissional que estiver prestando o serviço objeto deste Termo de Referência, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado.

6.6.23. Arcar, exclusivamente, com a responsabilidade por: qualquer acidente devido suas atividades sob a tutela deste contrato, danos causados a CONTRATANTE e/ou terceiros, uso ilícito de patentes registradas, falhas de equipamento, bem como indenizações resultantes de atos de terceiros, que estejam em conexão com os serviços incluídos no contrato, mesmo por ocorrências que tenham lugar em vias públicas.

6.6.24. Manter controle atualizado dos componentes com o tempo de vida limitado ou que sofram revisão geral, bem como das modificações aplicadas, remetendo relatório atualizado a CONTRATANTE após cada inspeção e sempre que solicitado por qualquer membro da Comissão Executora do Contrato.

6.6.25. Auxiliar nas pesquisas de incidentes ou acidentes da aeronave, quando solicitado.

6.6.26. Fornecer assistência técnica e manutenção, quando necessário, no que se refere às seguintes especialidades: eletricidade e eletrônica, instrumentos, ensaios não destrutivos, chapas e metais, componentes mecânicos, e outras que venham a ser consideradas importantes para a manutenção do(s) helicóptero(s), tais como: serviços hidráulicos, balanceamentos, pinturas, soldas especiais, avaliação de qualidade do combustível, lubrificantes e fluidos hidráulicos.

6.6.27. Responsabilizar-se pela aferição/calibração do ferramental a pedido da CONTRATANTE. Caso material a ser aferido/calibrado necessite ser enviado para outro Estado da Federação a empresa será responsável pela devida cobertura de seguros contra danos, acidentes, extravio e outros correlatos.

6.6.28. Assumir inteira responsabilidade pela qualidade e confiabilidade dos serviços executados.

6.6.29. Executar todos os serviços através de técnico habilitado conforme normas da ANAC.

6.6.30. Possuir seguro contra acidentes do trabalho, responsabilidade civil e de danos à propriedade de terceiros, conforme regulamentado no Código Brasileiro de Aeronáutica.

6.6.31. Fornecer os óleos lubrificantes das caixas de transmissão, dos motores e os fluidos hidráulicos, conforme recomendação dos fabricantes, necessários para o funcionamento e manutenção preventiva e corretiva das aeronaves da PCDF que constam no presente TR, repassando os valores para a CONTRATANTE, mediante apresentação da Fatura/Nota Fiscal, sendo permitida apenas a inclusão do valor do frete, quando houver.

6.6.32. Fornecer, sem custo adicional para a CONTRATANTE, os itens básicos gastos durante a realização dos serviços de limpeza, lubrificação e conservação das aeronaves, tais como: desengraxantes, desengripantes, graxa, selantes, limpa contatos, hexano, álcool, ardrox, cera para polimento, sabão, estopa pano, fita adesiva e todos os materiais previstos nos manuais dos fabricantes das aeronaves e dos acessórios que as equipam. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma quantidade mínima/necessária desse material, a ser definida de comum acordo, nas dependências da CONTRATANTE. O valor desse material de consumo deve estar incluído no valor da unidade de medida homem-hora, na ocasião da apresentação da proposta da LICITANTE.

6.6.32. Responsabilizar-se por qualquer acidente, ocasionado no exercício de suas atividades, regido por este contrato.

6.6.33. Permitir o acompanhamento na realização de todos os serviços executados nos helicópteros da CONTRATANTE, conforme normas administrativas da CONTRATADA, de servidor habilitado na gestão do referido contrato e/ou do Executor do Contrato respectivo.

6.6.34. Prestar assistência técnica durante as vistorias do órgão regulador.

6.6.35. Arcar com as despesas referentes a transportes aéreos e terrestres (classe econômica), alimentação (valor fixo), hospedagem (hotéis/pousadas nas categorias duas ou três estrelas) e qualquer outro gasto relativo a despesas de seus profissionais. Os casos omissos neste parágrafo deverão ser apresentados ao Executor do Contrato para apreciação e aprovação.

6.6.36. Ter plenas condições de fazer a manutenção simultânea em, no mínimo, dois helicópteros, em quaisquer dos tipos de inspeções previstas no contrato, mantendo-se os prazos previstos.

6.6.37. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupções por férias, licença, falta prolongada ao serviço ou demissão de empregados.

6.6.38. Fornecer todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pela CONTRATANTE sobre os serviços executados.

6.7. Infrações e Sanções Administrativas

6.7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

6.7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

6.7.3. Multa:

6.7.3.1. Moratória para o atraso na entrega do objeto ou obrigação acessória, calculada sobre a fração inadimplida do contrato, de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia ou hora de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento). O atraso de até 10 (dez) dias úteis poderá ser relevado, desde que não tenha gerado grave risco à Administração ou à continuidade dos serviços da PCDF, conforme despacho fundamentado do fiscal do contrato;

6.7.3.2. No caso de atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias corridos e não havendo mais interesse no recebimento do objeto, o fiscal do contrato poderá requerer a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021. Havendo interesse no recebimento, mesmo que em atraso superior a 45 (quarenta e cinco dias), caberá ao fiscal do contrato emitir relatório fundamentado;

6.7.3.3. Moratória de 0,05 (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 3% (três por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida em edital. O atraso de até 5 (cinco) dias úteis poderá ser relevado, desde que não tenha gerado grave risco à Administração ou à continuidade dos serviços da PCDF.

6.7.3.4. Compensatória, no caso de inexecução parcial do contrato ou retardamento da execução ou entrega do objeto, infrações descritas nas alíneas “a)” e “d)” do subitem 6.7.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) calculada sobre a fração inadimplida do contrato. Havendo grave risco ou dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços da PCDF, a multa incidirá sobre o valor total do Contrato.

6.7.3.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 6.7.1, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato.

6.7.3.6. Compensatória, para a inexecução total do contrato, infração prevista na alínea “c)” do subitem 6.7.1, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato. Havendo grave risco ou dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços da PCDF, a multa será de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

6.7.3.7. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e) a h)” do subitem 6.7.1, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

6.7.3.8. A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a rescisão unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

6.7.3.9. A Administração pode, ad cautelam, efetuar a retenção do valor presumido da multa concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo sancionatório, no qual será assegurado à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa. Havendo provimento da defesa, o valor retido será devolvido em até 10 (dez) dias úteis.

6.7.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.7.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.7.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.7.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito 6.procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art.159).

6.7.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes e administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

6.7.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Do Recebimento

7.1.1. O Objeto da licitação será recebido por servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante documento assinado por ambas as partes por ocasião da execução de cada serviço executado pela CONTRATADA, obedecendo o disposto no item 5 deste Termo de Referência.

7.1.2. Critérios de aceitabilidade do objeto.

7.1.2.1 Com o objetivo de adequar o pagamento à conformidade dos serviços prestados e aos resultados efetivamente obtidos, será utilizado o Instrumento de Medição do Resultado (IMR), nos moldes da Instrução Normativa – Seges/MP 5/2017.

7.1.2.2. O IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

7.1.2.3. O controle da qualidade do objeto executado seguirá o sistema de pontuação do quadro abaixo para o balizamento das prováveis falhas na execução contratual, cujo resultado definirá o valor da glosa no período avaliado:

OCCORRÊNCIAS	VALOR DA PONTUAÇÃO
Ocorrências tipo 01 = situações brandas que não caracterizam interrupção na prestação dos serviços, mas que comprometem sua realização de maneira satisfatória, tais como: <ul style="list-style-type: none">a) serviços executados de maneira relapsa ou descuidada;b) empregado sem utilização dos EPI's, máquinas ou utensílios obrigatórios ou exigidos conforme norma da empresa;c) conduta inadequada dos funcionários considerada leve por parte do executor do contrato;d) cobrança de serviços realizados sem aprovação;e) deixar de fornecer informações técnicas solicitadas pela CONTRATANTE;f) Interrupção do processo de manutenção por falta de solicitação de itens sistemáticos.	01 ponto
Ocorrências tipo 02 = situações que caracterizam interrupção na prestação do serviço, tal como: <ul style="list-style-type: none">a) conduta inadequada da Contratada considerada grave por parte do executor do contrato, que não comprometa a prestação do serviço;b) suspensão ou interrupção, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, dos serviços contratuais (apuradas por dia);c) recusa da execução de serviço determinado pela fiscalização (apurada por serviço e por dia);d) não cumprimento de determinação formal ou instrução complementar do PCDF ou da ANAC (apurado por ocorrência);e) não cumprimento de quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pela PCDF (apurado por item e por ocorrência);f) deixar de manter suas condições de habilitação e qualificação exigidas inicialmente;	05 pontos

g) deixar de cumprir prazo para entrega da aeronave, sem prévia justificativa; h) não apresentação do orçamento no prazo previsto; i) solicitar substituição de peças sem necessidade.	
Ocorrências tipo 03 = Situações que caracterizam interrupção na prestação do serviço e comprometem a rotina ou o patrimônio da Instituição, tais como: a) empregados reiteradamente desguarnecidos de EPI's, conforme exigências da norma específica; b) danos ao patrimônio da PCDF; c) execução dos serviços de modo que se comprometa a segurança operacional da atividade aérea; d) conduta inadequada grave por parte de funcionário, trazendo prejuízos à administração ou a servidores, avaliada pelo executor do contrato; e) funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados (apurado por empregado e por dia); f) cobrança de serviços não realizados.	10 pontos

7.1.2.4. A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências (inconsistências na prestação do serviço) observadas no período de avaliação, conforme tabela abaixo:

PONTUAÇÃO	AJUSTE NO PAGAMENTO
de 00 a 02 pontos	Desconto de 0 % sobre o valor total da fatura mensal
de 03 a 04 pontos	Desconto de 2 % sobre o valor total da fatura mensal
de 05 a 09 pontos	Desconto de 4 % sobre o valor total da fatura mensal
de 10 a 19 pontos	Desconto de 6 % sobre o valor total da fatura mensal
de 20 a 29 pontos	Desconto de 8 % sobre o valor total da fatura mensal
de 30 a 39 pontos	Desconto de 10 % sobre o valor total da fatura mensal
de 40 a 49 pontos	Desconto de 20 % sobre o valor total da fatura mensal
de 50 a 59 pontos	Desconto de 30 % sobre o valor total da fatura mensal
de 60 a 69 pontos	Desconto de 40 % do valor da fatura mensal e inexecução parcial do contrato
acima de 69 pontos	Desconto de 50 % do valor da fatura mensal mais rescisão contratual

7.1.3. As situações abrangidas pelo IMR se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a Contratada das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

7.1.4. A Contratante poderá alterar os procedimentos da metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a Contratada.

7.1.5. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Executor/Comissão Executora do Contrato notificará a Contratada para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.

7.1.5.1. A notificação quanto à existência de irregularidade na execução do contrato poderá ser verbal ou formal, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato.

7.1.5.2. Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Executor/Comissão de Contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido.

7.1.5.3. O termo de notificação será imediatamente apresentado à Contratada a qual deverá atestar de pronto seu “visto” no documento, que ficará sob a guarda do Executor.

7.1.5.4. Havendo divergências quanto à veracidade dos fatos, deverá a Contratada registrar suas razões de defesa em documento próprio e entregar ao Executor.

7.1.5.5. A não apresentação de defesa por parte da Contratada, no período de cinco dias corridos significará que a mesma concorda com a notificação verbal ou escrita recebida.

7.1.6. Em até cinco dias úteis anteriores à apresentação da fatura mensal para ateste e pagamento, o Executor do Contrato informará à Contratada o resultado da avaliação mensal do serviço. Caso não o faça, infere-se que o comportamento da empresa fora de acordo com as expectativas da Administração.

7.1.7. Em caso de infração, a Contratada, de posse das informações repassadas pelo Executor, emitirá a fatura mensal relativa aos serviços prestados, descontando o valor relativo à punição imposta.

7.1.8. O Executor/Comissão Executora do Contrato, ao receber da Contratada as faturas mensais para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos mencionados.

7.1.9. Verificada a coerência da fatura, o Executor/Comissão Executora do Contrato juntará a esta o(s) termo(s) de notificação produzido(s) no período, e o(s) encaminhará para pagamento.

7.2. Do Pagamento

7.2.1. O pagamento será feito de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Gestor/Fiscal do Contrato.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como o prazo de validade, a data da emissão, os dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.2.4. A Administração realizará consultas ao SICAF, STC/GDF, CEIS/CGU e ao CNJ (condenações cíveis por atos de Impropriedade Administrativa) para:

- a. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (IN nº 3, de 26 de abril de 2018).

7.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.7. Persistindo a irregularidade, a contratante adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.2.9. As multas que porventura forem aplicadas ao contratado serão, inicialmente, descontadas da garantia eventualmente prestada e, na hipótese de valor remanescente, debitadas nas parcelas a receber.

7.2.10. Quando o contratado não providenciar o reforço da garantia ou não revalidá-la, os pagamentos ficarão retidos até a regularização da situação.

7.2.11. Nenhum pagamento será feito ao contratado caso o(s) serviço(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do contrato, devendo esses serem refeitos pelo contratado de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

7.2.12. Os pagamentos às empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, referentes a créditos de valores iguais ou superiores a R\$5.000,00, serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A- BRB, na forma do Decreto-DF nº 32.767/2011, excluindo:

I - Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública Federal;

II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

III - Os pagamentos a empresas de outros estados da Federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

7.3. Do Reajuste

7.3.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 05/03/2026.

7.3.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.3.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.3.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.3.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.3.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critérios de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. Forma de fornecimento

8.2.1. O fornecimento do objeto será de forma continuada.

8.3. Exigências de habilitação

8.3.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

I. Qualificação Técnica

8.3.1.1. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

- Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a Licitante

executado serviços compatíveis como o objeto desta licitação.

- Certificado de Organização de Manutenção - CMO, expedido pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, onde se verifica o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Subparte B do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC 145), autorizando e conferindo a oficina autorizada o direito de executar serviços de manutenção nas seguintes **Categorias e Classes**:

Categoria de célula:

Classe "3" - Aeronaves fabricadas em estrutura metálica, com peso máximo de decolagem aprovado até 2.730 Kg (6018 lb), no caso de helicópteros.

Categoria de motor:

Classe "3" - Motores a turbina.

Categoria de instrumentos:

Classe "1" - Instrumentos mecânicos;

Classe "2" - Instrumentos elétricos;

Classe "4" - Instrumentos eletrônicos.

Categoria de acessórios:

Classe "2" - Acessórios elétricos;

Classe "3" - Acessórios eletrônicos.

- Adendo ao Certificado de Homologação de Empresa deverá constar a expressa autorização para executar serviços de manutenção em aeronaves modelo **Esquilo**, tipo **AS350 B2**, bem como para o motor **Turbomeca Arriel 1D1**.
- Declaração de que disporá, na data de assinatura do contrato, em consonância com a Subparte D do Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 65 (RBHA 65) ou norma posterior equivalente, de profissionais detentores de Certificado de Habilitação Técnica - CHT, uma vez que se trata de serviço eminentemente técnico e, como tal, exige a participação de pessoal especializado. Isso visa demonstrar que as empresas interessadas em participar do certame possuem experiência na execução dos serviços descritos no presente Termo de Referência, pois compete a Administração acautelar-se de garantias, haja vista sua complexidade, o valor da contratação e a segurança da execução, amparadas em preceito legal. São condições que possibilitam asseverar que as oficinas de manutenção aeronáutica possuem reconhecido "know-how" na execução do trabalho almejado, uma vez que se trata de procedimento técnico, onde as aeronaves deverão ser inspecionadas, ensaiadas e consideradas aptas para o voo.
- Na data da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar o original e a respectiva cópia do **Seguro de Responsabilidade Civil – Hangar**, garantindo a cobertura total contra danos causados pela CONTRATADA e seus prepostos a terceiros e a aeronave, incluindo, voos de experiência, no período em que a aeronave estiver sob a responsabilidade da CONTRATADA. Com isso, busca-se que a empresa CONTRATADA possua seguro próprio capaz de garantir a Administração Pública CONTRATANTE a reposição do bem a condição anterior em caso de sinistro, preservando assim não somente o patrimônio público, como também, o serviço público por ele representado.

II. Qualificação Econômico-Financeira

8.3.1.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (Nota Jurídica nº 09/2023 – PGCONS/PGDF (112651337) – 00060-00362229/2020-73 (112861425);

8.3.1.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

e) Os índices apresentados no item c) acima são aqueles usualmente utilizados no mercado, podendo aferir objetivamente a situação financeira da licitante. Além disso, são índices previstos nas Instruções Normativas nº 05/2017 e 03/2018 – MPOG e nos Pareceres Referenciais nº 44/2023 e 45/2024, adotados por força de regramento distrital (Art. 36, III, Decreto nº 44.330/2023).

f) Os índices referenciados nos itens c) e d) devem ser atendidos para os dois balanços patrimoniais apresentados.

III. Vistoria

8.3.1.4. A vistoria técnica das aeronaves será facultada no hangar da **DOA/PCDF**, localizado no **SGON - Setor de Garagens e Oficiais Norte - Q. 5, Lotes 2/7 - Brasília-DF**. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.

8.3.1.4.1. A visita poderá ser realizada entre a publicação do Edital em Diário Oficial do DF até o dia útil anterior ao certame, dentro do horário do expediente, das 12h às 19h, nos dias úteis, por meio de agendamento previamente estabelecido junto à Comissão Administrativa.

8.3.1.4.2. Todos os custos decorrentes da visita de inspeção serão de responsabilidade das empresas interessadas em participar do certame.

8.3.1.4.3. Na oportunidade da visita serão apresentadas as aeronaves, momento em que poderão ser dirimidas outras dúvidas pertinentes ao objeto.

8.3.1.4.4. Para fim de habilitação, será entregue declaração de vistoria à empresa que optar por realizá-la.

8.3.1.4.5. A vistoria não será compulsória, facultando ao licitante optar por declarar que se abstém de realizá-la, na habilitação, assumindo completa responsabilidade pelos imprevistos e problemas decorrentes do desconhecimento da realidade da PCDF, em razão de sua não realização.

9. DA ESTIMATIVA DE VALOR

9.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 9.600.970,00** (nove milhões seiscentos mil novecentos e setenta reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.1 acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Polícia Civil do Distrito Federal.

10.2. As informações quanto à fonte, natureza da despesa, programa de trabalho e o código de subatividade devem ser prestadas pela Divisão de Orçamento e Finanças - DOF.

10.3. Tipo de Empenho

10.3.1. Para a cobertura da despesa, será emitido empenho estimativo.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

12. RESPONSÁVEIS

12.1. Este TR foi elaborado pelo agente de polícia Everton Assis de Medeiros, matrícula 194.748-6.



Documento assinado eletronicamente por **EVERTON ASSIS DE MEDEIROS - Matr.0194748-6, Agente de Polícia Civil**, em 12/03/2026, às 11:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROSBER SEVERO DE OLIVEIRA - Matr.0191506-1, Agente de Polícia Civil**, em 12/03/2026, às 15:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO BONACH BATISTA PIRES - Matr.0057653-0, Diretor(a) da Divisão de Operações Aéreas do DEPATE**, em 12/03/2026, às 17:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **197313104** código CRC= **E1B63B34**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SGON - Setor de Garagens Oficiais Norte - Q. 05, Lotes 2/7 - Bairro Brasília - CEP 70610-650 - DF
Telefone(s): (61)32075621
Site - www.pcdf.df.gov.br